



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Secretaria-Geral

##### Despacho n.º 2370/2011

Considerando as atribuições em causa, o desenvolvimento de novos trabalhos decorrentes da fixação do QUAR para 2011 e cumpridas as determinações vigentes na matéria renovo a designação da licenciada Ana Sofia de Castro Santos Arantes e Oliveira como chefe da equipa multidisciplinar Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, pelo prazo de um ano, com estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisão.

O presente despacho produz efeitos a 19 de Dezembro de 2010.

21 de Janeiro de 2011. — O Secretário-Geral, *José Maria Belo de Sousa Rego*.

2502011

#### Centro Jurídico

##### Despacho n.º 2371/2011

Considerando a estrutura matricial do CEJUR, estabelecida pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, assim como as competências da Esquiva Multidisciplinar DIGESTO — PCMLEX, criada pelo Despacho n.º 18 166/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 16 de Agosto de 2007, determino ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, o seguinte:

1 — Designar como chefe da equipa multidisciplinar DIGESTO — PCMLEX a licenciada Maria Guiomar Coelho da Cruz, assessora principal, com estatuto remuneratório equiparado a director de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos de 1 de Junho de 2010 até à data da aposentação da designada.

28 de Janeiro de 2011. — A Directora, *Susana de Meneses Brasil de Brito*.

2812011

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### Despacho n.º 2372/2011

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de Abril, o conselho directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT, I. P.), é composto por um presidente e quatro vogais.

Tendo em conta que o mandato dos membros do anterior conselho directivo chegou ao fim, torna-se necessário proceder à nomeação do novo conselho directivo.

Atendendo à necessidade de redução da despesa, o conselho directivo que agora se nomeia será constituído apenas por um presidente e dois vogais, de entre personalidades com reconhecida idoneidade, independência e competência, no âmbito do objecto daquele instituto público, por um mandato de três anos.

Assim, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de Abril, e no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, determina-se:

1 — Nomear os seguintes membros do conselho directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT, I. P.), cujas idoneidade, experiência e competência profissionais, comumente reconhecidas, são patentes nas notas curriculares anexas:

a) Presidente — o licenciado Carlos Alberto do Maio Correia;

b) Vogais — a licenciada Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente e a licenciada Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas.

2 — Indicar, sob proposta do presidente do conselho directivo, a vogal Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente para assumir a função de vice-presidente.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da publicação.

25 de Janeiro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Augusto da Ascensão Mendonça*.

#### Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Carlos Alberto do Maio Correia.

Nacionalidade: portuguesa.

Data de nascimento: 27 de Outubro de 1968.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Engenharia Civil, ramo de Planeamento Territorial e Transportes, do Instituto Superior Técnico.

3 — Experiência profissional:

Desde Junho de 2009 até Janeiro de 2010: presidente do conselho executivo da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;

Desde Maio de 2007: vogal do conselho directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres;

De Maio de 2005 a Agosto de 2007: assessor da Secretária de Estado dos Transportes;

De 2002 a 2005: responsável do Gabinete de Estudos e Assessorias (GEA) da FERBRITAS, S. A.;

De 1996 a 1997: Adjunto do Secretário de Estado das Obras Públicas;

De 1993 a 1996: assistente da cadeira de Vias de Comunicação do 4.º ano do curso de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico e assistente de investigação no CESUR (Centro de Estudos de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico).

#### Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente.

Nacionalidade: portuguesa.

Data de nascimento: 10 de Novembro de 1953.

Estado civil: casada, dois filhos.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (OGE) pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), concluída em 1985;

Curso avançado em Gestão Pública — CAGEP — do INA, frequentado em 2008;

Curso de alta direcção em Administração Pública — CADAP — 1.º módulo, do INA, frequentado em 2007.

3 — Experiência profissional:

Desde 1 de Novembro de 2007 até à presente data: vogal do conselho directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. — IMTT, com os pelouros da área administrativa e financeira, da inspecção, fiscalização e contra-ordenações, das Direcções Regionais de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve;

Desde finais de 2009 passou a ter o pelouro do acompanhamento de contratos de concessão envolvendo parcerias público-privadas dos transportes — FERTAGUS, Metro Transportes do Sul, Metro do Porto, S. A.;

Desde 25 de Junho de 2009 até à presente data: vogal do conselho executivo, por inerência, não executiva, da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, I. P. — AMTL;

De Novembro de 2005 a Outubro de 2007: vice-presidente do conselho de administração da Portugal Vela 2007, S. A., empresa pública, que teve por objecto a organização e realização dos Campeonatos do Mundo de Vela Olímpica em 2007, em Cascais;

De Março a Julho de 2005: chefe de gabinete na Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças (SETF);

De Julho de 2001 a Março de 2005: subdirectora-geral na Direcção-Geral do Tesouro (DGT), tendo sob a sua responsabilidade as funções do Departamento de Intervenção Financeira do Estado;

De Outubro de 2000 a Julho de 2001: adjunta na Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças (SETF) para a área do sector empresarial do Estado;

De Setembro de 1991 a Outubro de 2000: inspectora de finanças superior na Inspeção-Geral de Finanças (IGF);

De 1988 a Setembro de 1991: inspectora administrativa na Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT);

De 1985 a 1988: técnica superior no Ministério das Finanças e do Plano, no Departamento Central de Planeamento (DCP);

De 1974 a 1985: funcionária administrativa na Direcção-Geral de Viação (DGV).

#### 4 — Cargos institucionais:

Vice-presidente da mesa da assembleia geral da Hidro Eléctrica de Cahora Bassa (2004-2007);

Membro do conselho consultivo do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário;

Membro do conselho consultivo do Instituto Nacional de Habitação

Membro do conselho consultivo da RAVE, S. A.;

Vogal não executiva do conselho de administração do FRME, SGPS, S. A.;

Vogal da Comissão de Fixação de Remunerações da REN, S. A., RAVE, S. A., e Metro do Mondego, S. A.

5 — Actividades académicas — de 1986 a 2001, docente no Instituto Superior de Novas Profissões (INP), onde leccionou as cadeiras de Contabilidade Geral e Contabilidade Analítica.

### Nota curricular

#### 1 — Dados pessoais:

Nome: Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas.

Data de nascimento: 2 de Janeiro de 1971.

Nacionalidade: portuguesa.

Estado civil: casada, dois filhos.

#### 2 — Habilitações académicas:

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: licenciatura em Direito (1989-1994);

Institut Européen des Hautes Etudes Internationales (Nice, França): Diplôme Européen des Hautes Etudes Internationales e Certificat des Etudes Supérieures des Communautés Européennes (1994-1995);

Collège d'Europe (Bruges, Bélgica): LL.M — Master in European Community Law (1995-1996).

#### 3 — Experiência profissional:

A partir de Setembro de 2010: vogal não executiva do conselho executivo da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto;

A partir de Dezembro de 2007: vogal do conselho directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.;

2007 (Setembro-Novembro): conselheira junto da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (área: transportes);

2005-2007: assessora jurídica no Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes, engenheira Ana Paula Mendes Vitorino (despacho n.º 20 954/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Outubro de 2005);

Nomeada para vários grupos de trabalho e comissões interministeriais no âmbito das suas funções, incluindo o grupo de trabalho de coordenação da Presidência Portuguesa, grupo de trabalho para a reforma da tributação automóvel, Comissão Interministerial para Acompanhamento do Transporte Rodoviário de Passageiros e Mercadorias, grupo de trabalho para a reforma institucional da regulação nos transportes terrestres, grupo de trabalho responsável pela reestruturação do modelo das autoridades metropolitanas de transportes de Lisboa e Porto;

Responsável pelo acompanhamento do processo legislativo no Gabinete; acompanhamento das matérias da regulação (transportes), contratação pública, concessões e parcerias público-privadas, assuntos comunitários;

Participação activa nas reformas e reestruturações levadas a cabo no Gabinete, incluindo o Projecto de Implementação da Rede de Alta Velocidade, o Portugal Logístico, as Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário e as Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário;

1999-2005: advogada sénior no Departamento de Direito Público (Fiscal e Administrativo) da Rebelo de Sousa & Associados — Sociedade de Advogados/Simmons & Simmons Rebelo de Sousa;

1997-1999: advogada estagiária da F. Castelo Branco, P. Rebelo de Sousa & Associados — Grupo Legal Português A. E. I. E.;

1997-2000: colaboração com a Sociedade de Consultoria Engineering Water and Environment Ltd, integrando várias missões conjuntas com a Comissão Europeia relacionadas com projectos co-financiados pelo Fundo de Coesão no Sector da Água;

1996-1997: colaboração com a Comissão Europeia, integrando a Direcção-Geral XVI (Políticas Regionais/Fundo de Coesão), tendo tido a oportunidade de, junto da Direcção-Geral E.2 («Avaliação, Gestão e Supervisão dos Projectos e de outras acções: Espanha e Portugal»);

1995: colaboração com a Delegação de Lisboa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR/Lisboa).

#### 5 — Trabalhos académicos e outras actividades:

Dissertação (Mémoire): «La politique d'Aménagement du Territoire au Portugal: des conditions et de la nécessité d'une décentralisation politique», Institut Européen de Hautes Etudes Internationales, Nice, 1995;

Dissertação (Mémoire): «L'Influence des Réseaux Transeuropéens de Transport sur le Territoire portugais. L'implantation de la Grande Vitesse Ferroviaire», Collège d'Europe, Bruges, 1996;

Formadora no Tribunal de Contas (2001, 2002, 2003): Cursos: Gestão Privada de Serviços Públicos;

Oradora convidada em inúmeras conferências e seminários versando os temas da fiscalidade, das parcerias público-privadas, project finance e gestão privada de serviços públicos.

#### 6 — Principais áreas:

Direito comunitário (política de transportes, mercados públicos, políticas regionais, Fundos Estruturais/Fundo de Coesão);

Direito administrativo e regulação (concessões, gestão privada de serviços públicos, parecerias público-privadas, reestruturações sectoriais);

Direito fiscal (planeamento fiscal internacional e doméstico, tributação do comércio electrónico, imposto sobre o valor acrescentado, tributação das remunerações, tributação automóvel).

204269505

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Secretaria-Geral

#### Despacho (extracto) n.º 2373/2011

Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 24 de Janeiro de 2011, foi determinado que:

«1 — Nos termos do disposto nos artigos 6.º, 7.º, 8.º, e 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de Novembro, o Inspector Francisco José Guerra Tavares da Inspeção-Geral de Finanças seja nomeado para, em comissão de serviço pelo período de três anos, exercer o cargo de Conselheiro Técnico — mapa de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros — na Embaixada de Portugal em Rabat.

2 — Em sequência desta designação e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o Inspector Francisco José Guerra Tavares seja exonerado do cargo de Director do Departamento Geral de Administração da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que vem exercendo em regime de gestão corrente desde o dia 23 de Junho de 2010, à data em que assumir as funções referidas no número anterior.

3 — Ficam ratificados todos os actos entretanto praticados como Director do Departamento Geral de Administração desde a data em que entrou em regime de gestão corrente até à data da sua exoneração por início das funções como conselheiro técnico.»

26 de Janeiro de 2011. — O Director-Adjunto do Departamento Geral de Administração, António Quinteiro Nobre.

204272559

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

#### Despacho n.º 2374/2011

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, reconhece-se à Sociedade